

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Comércio Class.: Madureira / Camp. Mogno
 Data: 13/11/92 Pg.: 87

Dossiê pede o fim do corte do mogno

BRASÍLIA — Um grupo de 65 entidades ambientalistas e trabalhistas, incluindo o Greenpeace Brasil, vai entregar, hoje, ao ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge, um manifesto, exigindo a imediata proibição do corte de mogno na Região Amazônica, principalmente no Pará. O manifesto, acompanhado de um dossiê apontando os danos ao meio ambiente, às comunidades indígenas e à população de colonos da região, pede que a legislação florestal seja obedecida e que o Governo federal preserve uma espécie vegetal em vias de extinção, impedindo sua exploração comercial pelas grandes madeireiras.

O manifesto, divulgado ontem pelo Greenpeace, afirma que a exploração do mogno está sendo feita de forma predatória, em benefício de poucas e grandes madeireiras, abrindo caminho para a devastação florestal e ameaçando o futuro da Amazônia. De acordo com os representantes do Greenpeace, áreas florestais protegidas e reservas indígenas estão sendo invadidas

pelas madeireiras, que abrem estradas indiscriminadamente, sem qualquer cuidado com populações indígenas ou com a preservação do meio ambiente. "Mais de 3 mil quilômetros de estradas de maior porte, sem contar outros milhares de quilômetros de estradas vicinais, já foram abertos de forma ilegal e descuidada ao longo dos últimos anos", afirma o documento.

O dossiê, que está sendo encaminhado também para a Procuradoria-Geral da República, acusa as madeireiras de sonegação fiscal — que chegaria a 90% — e de realizarem "um verdadeiro saque ao poder público", por explorar, clandestinamente, o mogno em regiões preservadas. As entidades ambientalistas pretendem convencer o Governo federal a proibir, temporariamente, o corte do mogno — entre as espécies consideradas em extinção — até que seja avaliada a extensão dos danos ocorridos e se defina "medidas cabíveis para que o processo caótico, até agora observado, não tenha prosseguimento".

IEF impede erosão no Rio

A partir de denúncias feitas ao Disque-Floresta, pelo número 262-9292, a equipe de fiscalização da Diretoria de Conservação da Natureza do IEF/RJ conseguiu impedir que uma área de 1.500 metros, em Inhaúma, com declividade superior a 30° fosse atacada pela erosão, com risco de desmoronamento. Localizado à Rua J.B de Carvalho — n.º 60 — Inhaúma, na estrada velha da Pavuna, o terreno, coberto por vegetação característica de sub-bosque e com solo composto por rocha, estava preparado para sofrer ação de tratores, que o tornariam sujeito a processo erosivo.

O proprietário, Paulo Roberto da Cruz, que pretendia extrair pedras do lo-

cal, foi autuado por infração ao Decreto-Lei Estadual n.º 134 de 16/6/75, que protege o meio ambiente, e sujeito ao pagamento de multa em torno de 10 Uferjs, com base no Decreto-Lei n.º 8974/86.

Além de deter o processo de destruição, o IEF determinou a recomposição da área degradada, orientando o proprietário no sentido de que qualquer exploração mineral necessita de autorização do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral.

O Disque-Floresta recebeu no dia 10 de novembro uma série de telefonemas solicitando a presença da fiscalização no Parque Lage, para verificar o corte de árvores.